


A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Sauloéber Tárσιο de Souza
E-mail: sauloeber@ufu.br
Instituição: Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Submetido: 16/05/2020
Aprovado: 29/07/2020
Publicado: 01/06/2021

 10.20396/rho.v21i00.8659665
e-Location: e021029
ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023):
SOUZA, S. T. de. O MOBREAL no Pontal de Minas Gerais: entre o voluntariado e a fé (1970-1985). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 21, p. 1-28, 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8659665. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8659665>. Acesso em: 1 jun. 2021.



O MOBREAL NO PONTAL DE MINAS GERAIS: ENTRE O VOLUNTARIADO E A FÉ (1970-1985)

  **Sauloéber Tárσιο de Souza***
Universidade Federal de Uberlândia

RESUMO

O presente artigo aborda a história do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) no município de Ituiutaba-MG no período entre 1970 e 1985. Este projeto surgiu no contexto da Ditadura Civil-Militar pela Lei 5.379/1967 que propunha a alfabetização funcional a jovens e adultos. Iniciou suas atividades em 1970 com uma ampla divulgação e mobilização pela imprensa falada e escrita. O programa objetivava atingir todo o território nacional tendo como principal meta erradicar o analfabetismo, propondo-se um prazo de 10 anos para tal finalidade. A pesquisa aborda uma pequena parte dessa história no interior de Minas Gerais, observando-se seu processo de implantação e alguns dos seus resultados, utilizando como fonte a história oral junto aos atores sociais envolvidos (profissionais e alunos), fontes documentais como jornais da região e legislação do período. O MOBREAL em Ituiutaba revela semelhanças com o cenário nacional, ou seja, a cargo da sociedade civil com respaldo da Igreja Católica e apoiada pela prefeitura municipal deu organicidade a suas ações, dentro da lógica autoritária daquele momento. Foi um programa marcado pelo imprevisto, cujos professores não tinham formação além da ginásial, e atuavam a partir de breve treinamento, sendo suficiente apenas ter tido bom desempenho escolar. Consideramos que o MOBREAL foi mais um veículo utilizado pela Ditadura Civil-Militar com o intuito da formação da mão de obra com rudimentos da leitura e da escrita, além de gerar eleitores que poderiam por meio do voto, legitimar as ações autoritárias do governo. Assim, os resultados obtidos foram bastante limitados também em cidades do interior, distantes dos grandes centros de poder.

PALAVRAS-CHAVE: MOBREAL. Analfabetismo. Ditadura civil-militar. Pontal Mineiro.

THE MOBREAL AT PONTAL DE MINAS GERAIS: BETWEEN VOLUNTEERING AND FAITH (1970-1985)

Abstract

This article discusses the history of *MOBRAL* (Brazilian Literacy Movement) in the municipality of *Ituiutaba* in the period between 1970 and 1985. This project arose in the context of the Civil-Military Dictatorship by Law 5.379/1967 that proposed functional literacy to young people and adults. It started its activities in 1970 with a wide dissemination and mobilization by the spoken and written press. The program aimed to reach the entire national territory with the main goal of eradicating illiteracy, proposing a period of 10 years for this purpose. The research addresses a small part of this history in the interior of Minas Gerais, observing its implantation and some results, using oral history as a source with the social actors involved (professionals and students), documentary sources such as newspapers and legislation of the period. The *MOBRAL* in *Ituiutaba* reveals similarities with the national scenario, that is, in charge of civil society with the support of the Catholic Church and supported by the municipal government, it gave organicity to its actions, within the authoritarian logic of that moment. It was a program marked by improvisation, whose teachers had no training beyond high school, and acted after a brief training, being sufficient just to have had good school performance. We believe that *MOBRAL* was another vehicle used by the Civil-Military Dictatorship in order to train the workforce with the rudiments of reading and writing, in addition to generating voters who could, through voting, legitimize the government's authoritarian actions. Thus, the results obtained were quite limited also in cities in the interior, far from the great centers of power.

Keywords: MOBREAL. Illiteracy. Civil-military dictatorship. Pontal Mineiro.

EL MOBREAL EN PONTAL DE MINAS GERAIS: ENTRE EL VOLUNTARIADO Y LA FE (1970-1985)

Resumen

Este artículo analiza la historia de *MOBRAL* (Movimiento Brasileño de Alfabetización) en el municipio de *Ituiutaba* en el período comprendido entre 1970 y 1985. Este proyecto surgió en el contexto de la Dictadura Civil-Militar por la Ley 5.379/1967 que propuso la alfabetización funcional a los jóvenes y adultos. Comenzó sus actividades en 1970 con una amplia difusión y movilización por parte de la prensa oral y escrita. El programa tenía como objetivo llegar a todo el territorio nacional con el objetivo principal de erradicar el analfabetismo, proponiendo un período de 10 años para este propósito. La investigación aborda una pequeña parte de esta historia en el interior de Minas Gerais, observando su proceso de implantación y extinción, utilizando la historia oral como fuente con los actores sociales involucrados (profesionales y estudiantes), fuentes documentales como periódicos de la región e legislación de la época. Lo *MOBRAL* en *Ituiutaba* revela similitudes con el escenario nacional, es decir, a cargo de la sociedad civil con el apoyo de la Iglesia Católica y con el apoyo del gobierno municipal, le dio organicidad a sus acciones, dentro de la lógica autoritaria de ese momento. Era un programa marcado por la improvisación, cuyos maestros no tenían capacitación más allá de la escuela secundaria y actuaron después de una breve capacitación, siendo suficiente solo para haber tenido un buen rendimiento escolar. Creemos que *MOBRAL* fue otro vehículo utilizado por la Dictadura Civil-Militar para capacitar a la fuerza laboral con los rudimentos de la lectura y la escritura, además de generar votantes que podrían, a través de la votación, legitimar las acciones autoritarias del gobierno. Por lo tanto, los resultados obtenidos fueron bastante limitados también en ciudades del interior, lejos de los grandes centros de poder.

Palabras clave: MOBREAL. Analfabetismo. Dictadura civil-militar. Pontal Mineiro.

INTRODUÇÃO

O texto aborda um pouco da História da Educação do Pontal de Minas Gerais, enfocando especificamente o Movimento Brasileiro de Alfabetização conhecido como MOBRAL, programa idealizado e implantado pela Ditadura Civil-Militar entre fins dos anos de 1960 até 1985. Nesse contexto, o combate ao analfabetismo e a difusão da educação eram apresentados enquanto panaceia para todos os problemas sociais o que acabou promovendo uma Educação de Jovens e Adultos frágil, com proposta utilitarista e despolitizada, além de ter sido utilizada como propaganda do governo autoritário a frente do país.

Tais características também foram reveladas pelo estudo do processo de implantação e alguns dos resultados do MOBRAL no município de Ituiutaba-MG, por meio de entrevistas (história oral) e também de consulta a documentos e legislação sobre esse programa. Buscou-se, ainda, fazer breve revisão bibliográfica sobre os embates em torno da EJA nesse período, apoiando-nos nas normas e atos oficiais, tentando compreender o impacto desta campanha na vida dos entrevistados, destacando-se seus desafios e limites encontrados.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa se iniciou a partir de visitas ao acervo da Fundação Cultural de Ituiutaba-MG, em busca de notícias sobre a instalação do MOBRAL publicadas nos jornais locais no período de 1970 a 1985. O jornal ganhou importância nesse trabalho, em função da constatação de que sua atividade não consiste apenas em transmitir fatos, mas em gerar acontecimentos, compondo-os com elementos de uma visão bastante particular do mundo, somatória de subjetividade e de interesses, aos quais os jornais estão vinculados Capelato (1988). Além dos jornais, a história oral teve grande relevância nessa pesquisa, já que:

[...] é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam. (ALBERTI, 2004, p. 18).

Portanto, a utilização da história oral foi de grande relevância, permitindo cruzar informações sobre os dados encontrados nas fontes impressas, possibilitando maior reflexão e cientificidade ao trabalho. Os colaboradores entrevistados foram quatro docentes que compartilharam suas experiências nas salas desse programa, duas ex-alunas, uma professora que recebeu treinamento em Belo Horizonte responsável pelo início do projeto na região, além da coordenadora geral do MOBRAL, personagens identificadas apenas pelo sobrenome, obedecendo as orientações de preservação das identidades dos indivíduos.¹ Utilizou-se de entrevistas com questionários semiestruturados, abordando-se um pouco do

contexto familiar, do período da infância, da vida adulta, da formação e dos desafios encontrados em suas trajetórias antes de se adentrar ao objeto específico da pesquisa.

Entendemos que o MOBRAL nessa cidade do interior mineiro apresentou grandes semelhanças com o panorama nacional, de maneira que para sua realização, se apoiou fortemente nas ações de voluntários da sociedade civil, respaldados pela força da Igreja Católica e com apoio institucional da prefeitura municipal. Foi um programa marcado pela improvisação das ações, cujos professores voluntários tinham apenas formação ginásial e que atuavam a partir de treinamento aligeirado, obviamente, os resultados junto aos alunos, em sua maior parte, trabalhadores braçais, seriam também bastante limitados, tal qual o preparo dos docentes.

Além da introdução, o texto foi organizado nas seguintes seções: A Educação de Jovens e Adultos na História da Educação Brasileira; MOBRAL: a Política Autoritária de Educação de Jovens e Adultos; O Projeto MOBRAL no Município de Ituiutaba-MG e, por fim, as considerações finais.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O aceitável em termos de discussão conceitual com foco na educação de jovens e adultos na história brasileira seria classificar a EJA como ramo de ensino a partir de meados do século XX, com ênfase no estudo da educação das classes populares, que desde o início, foi pensada para esse público a partir do tripé assistencialismo, tecnicismo e profissionalização. Tal educação deveria ser oferecida de maneira aligeirada, buscando-se atender as demandas da sociedade civil por escolarização elementar, mas especialmente, combater o analfabetismo e formar mão de obra para as novas atividades urbanas que surgiam no país. Nesse período, surgiram vários movimentos sociais que, além de lutarem contra as condições econômicas e sociais precárias, demandavam oportunidades educacionais, objetivando uma transformação nas estruturas da sociedade através da educação, por uma formação crítica do sujeito. (PAIVA, 1987).

Tais movimentos foram os embriões de mudanças mais significativas que aconteceriam após a Segunda Guerra Mundial, quando em vários países, desencadearam-se campanhas de alfabetização, apoiadas por organismos internacionais que pregavam a educação para a paz. Porém, muitos deles fracassavam por falta de recursos financeiros, interesse político e planejamento, além de proporem objetivos de alfabetização bastante pragmáticos focados na formação da mão de obra por meio do tecnicismo, ressaltando-se apenas a “instrução” e o interesse político pelo direito ao “voto” que geraria eleitores. O discurso em torno do desenvolvimento econômico e social entre os anos de 1930 e 1950 passava pelo combate ao analfabetismo e a ampliação da escolarização no Brasil, assim, várias campanhas de EJA foram lançadas, como exemplos, a CNE (Campanha Nacional pela

Educação, 1932), a CEAA (Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, 1947) e a CNER (Campanha Nacional de Educação Rural, 1952). (OLIVEIRA; SOUZA, 2013).

O governo JK (1955-1961) foi marcado por uma grande reorganização do Estado Brasileiro incorporando-se aos setores da classe dominante interesses do setor industrial internacional e, tornava o jogo de conciliação entre capital e trabalho uma tarefa que exigiria nova configuração da política brasileira, aumentando as tensões sociais que gerava a politização da sociedade. Tais interesses ocasionavam um grande desequilíbrio nas estruturas vigentes, que se somavam ao crescimento da migração do homem do campo para as cidades, gerando muitos problemas sociais nos grandes centros urbanos e desocupação de grande massa de indivíduos o que contribuía para rebaixar salários.

As coisas piorariam ainda mais com o desastroso governo de Jânio Quadros no início dos anos de 1960, eleito apoiando-se no discurso contra a corrupção, e que renunciou com apenas 07 meses de mandato, assim, os militares começariam a se apresentar enquanto categoria capaz de salvar o Brasil de seu naufrágio na lama dos desmandos dos governos civis, bem como afastar a direção do país do discurso populista de João Goulart, que pertencia ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ao tomar posse como presidente, buscava ações que visavam à classe operária, tendo como principal objetivo as “Reformas de Base”. Conforme Fico (2004, p. 15):

As reformas anunciadas pelo presidente João Goulart foram acusadas de comunistas pela elite conservadora, que logo se aliaram aos líderes militares em defesa dos interesses privados. Nos últimos dias de março intensificaram-se as atividades conspiratórias, envolvendo oficiais-generais, oficiais superiores, governadores, parlamentares e empresários. Muitos deles vinham participando de prolongada campanha de desestabilidade do governo João Goulart, sobretudo através de atividades de propaganda política variada, capitaneadas pelo Ipes (Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais) e pelo Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), que afirmavam a incompetência do governo e sua tendência esquerdista.

Desta forma, no dia 31 de março de 1964, os militares arquitetaram um golpe de Estado, ocasionando a deposição de João Goulart, uma ruptura política autoritária com a justificativa de manutenção da ordem socioeconômica, o que reforçaria o capitalismo de mercado associado e dependente dos países ricos. Com isso, a ideologia do nacionalismo desenvolvimentista foi trocada pela doutrina da dependência entre o Brasil e os Estados Unidos e a sociedade civil sofreria com o controle ideológico e a imposição de tal modelo econômico. (SAVIANI, 2007).

É importante destacar que no período anterior ao ano de 1964, havia a presença de grandes movimentos populares preocupados em adotar uma educação que se contrapunha a lógica dominante, inspirados nas ideais de Paulo Freire² que fomentaram o surgimento de vários movimentos de educação popular e fizeram “[...] parte de uma História na qual o país buscava caminhos alternativos às propostas tradicionais e conservadoras.” (CUNHA;

GÓES, 1985, p. 30). Esses movimentos de educação e de cultura popular surgidos no final da década de 1950 e início da de 1960, como o Movimento de Cultura Popular (MCP), a Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler, no município de Natal, o Centro Popular de Cultura (CPC) iniciativa da UNE e o MEB, ligado a setores progressistas da Igreja Católica, surgiram em diversos locais do país, mas se concentraram em maior número e em expressividade no Nordeste, surgindo da organização da sociedade civil proporcionando uma modificação do quadro socioeconômico e político, pois, neste período mais de 50% da população brasileira era excluída da vida política por ser analfabetas.

O Movimento de Cultura Popular foi criado em maio de 1960 em Recife, no sítio da Trindade, um antigo arraial do Bom Jesus das Lutas Holandesas, pela administração do Prefeito Miguel Arraes. O MCP era organizado em três departamentos, dos quais o Departamento da Formação da Cultura tinha Paulo Freire como diretor responsável, buscando a valorização da cultura popular na cidade de Recife além de elevar os níveis da educação. O movimento buscava produção cultural voltada para as massas a fim de aumentar o nível de consciência social delas. A consciência popular deveria fomentar o entendimento de sua própria condição de exploração social e o desejo de transformação dessa condição, assim, a alfabetização deveria ser um dos mecanismos de apoio a essa empreitada. (PAIVA, 1987).

Segundo Cunha e Góes (1985), foi no Centro Dona Olegarinha, organismo da sociedade civil, fundado no Poço da Panela (local histórico do Recife, onde, no século XIX, funcionou um dos núcleos de luta pela Abolição), nasceu a metodologia de Paulo Freire, uma ferramenta muito utilizada pelos “jovens católicos radicais” dos anos de 1960. Em janeiro de 1962 foi realizada a primeira tentativa do método de alfabetização de adultos de Freire com quatro homens e uma mulher. “Em dois meses, com aproximadamente trinta horas, um dos alunos estava lendo trechos, relativamente difíceis [...]. Em março formou-se nova turma, para repetir a experiência, obtendo-se resultados semelhantes.” (CUNHA; GÓES, 1985, p. 20). Ainda de acordo com esses autores, a metodologia foi planejada da seguinte forma:

Levantamento do universo vocabular do grupo que se vai alfabetizar; seleção neste universo dos vocabulários geradores, sob um duplo critério: o da riqueza fonêmica e o da pluralidade do engajamento na realidade local, regional, nacional; criação de situações existentes típicas do grupo que se vai alfabetizar; criação de fichas-roteiros, que auxiliam os coordenadores de debates no trabalho; feitura de fichas coma decomposição das famílias fonêmicas correspondentes aos vocabulários geradores. (CUNHA; GÓES, 1985, p. 21).

A partir do grande êxito obtido por essa proposta, ela se tornou referência nacional e proposta oficial do governo de Jango que seria deposto por suas tendências reformistas e populistas.³ Um método diferente que se contrapunha a lógica vigente, desenvolvido a partir do respeito, dos temas geradores de acordo com a realidade e a cultura de cada região, e da realização dos Círculos de Cultura, influenciando muitos educadores a repensar seus

métodos educacionais, valorizando-se o conhecimento de cada sujeito no processo de ensino-aprendizagem.

Com isso, Freire objetivava combater as ações da sociedade repressora que culpabilizava os analfabetos pelo seu fracasso e, também, pelos problemas da sociedade. A representação do analfabeto era bastante depreciativa naquele momento, já que era visto como um ser incapaz de aprendizagem e alienado, formado por uma consciência ingênua. Assim, com sua metodologia buscava possibilitar aos não alfabetizados uma educação ampla, uma formação crítica, consciente e dialógica possibilitando a transformação de suas vidas, devendo ser conceituados enquanto seres capazes de construir sua própria história.

Outro movimento influenciado por Freire foi o “De Pé No Chão Também Se Aprende A Ler”, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Natal-RN, na administração do prefeito Djalma Maranhão, a partir de fevereiro de 1961. Este movimento foi criado no período de sua campanha eleitoral, por organizações suprapartidárias reunidas em comitês compostos por tendências políticas amplas como conservadores modernos, jovens cristãos radicais e comunistas. As discussões ocorridas nestes comitês não se restringiam apenas à ótica municipal, mas abrangiam questões estadual, nacional e, também, internacional. Com essa visão ampla, o movimento popular se fortaleceu. Também era discutido com a população sobre os problemas mais urgentes encontrados no bairro que eram levados para a Convenção Municipal, entre elas a principal era a reivindicação por “escolas para todos” e a “erradicação do analfabetismo”.

Segundo Cunha e Góes (1985), após eleito, Djalma iniciou seu mandato baseado na antiga gestão, que era a instalação de “escolinhas” em locais que haviam salas disponíveis adequadas a uma sala de aula, mesmo que os espaços fossem improvisados devido a falta de recursos. A prefeitura tinha como responsabilidade apenas o pagamento de um pró-labore a um monitor, as instalações de carteiras escolares e a distribuição do material didático. E, as outras despesas eram realizadas pela comunidade, por doações das igrejas de todos os credos, sindicatos, cinemas e etc.

Porém, um dos obstáculos para a alfabetização se constituía na formação docente, uma vez que em Natal havia apenas uma Escola Normal e a universidade estava em processo de implantação. Assim, a solução encontrada imediata foi a criação de cursos de emergência com formação intensiva, adotando-se a monitoria que ficaria sob a supervisão de um de professor diplomado pela Escola Normal ou por alguma Faculdade de Filosofia, o que resultou na situação em que “[...] o conhecimento passou a ser construído como resultante de duas vertentes, a acadêmica e a popular, e cada nascente oferecia uma contribuição valiosa para o processo de educação.” (CUNHA; GÓES, 1985, p. 26).

Também o MEB (Movimento de Educação de Base) dialogou com a proposta de Paulo Freire, especialmente, por gravitar no círculo de influência da ala progressista da Igreja Católica. De acordo com Paiva (1987), até 1964, esse movimento tinha como objetivo oferecer a população rural condições e chances de se alfabetizarem, permitindo que as

peças do campo tivessem uma formação consciente para lutarem por mudanças em seu meio. O MEB voltava-se principalmente para as regiões Nordeste, Norte e Centro Oeste, mas, aos poucos, ganhou força e se expandiu para outras regiões, pois, tinha como instrumento proporcionar uma educação que fosse além das escolas radiofônicas. Contudo, após 1964, os bispos da CNBB “[...] lançaram-se à tarefa de eliminar as ambiguidades dos seus objetivos e de reestruturá-lo [...]” (PAIVA, 1987, p. 310), atendendo aos novos horizontes políticos, assim, foram apresentadas as novas diretrizes de funcionamento do MEB, caracterizando o programa como “evangelizador”.

Obviamente, essas mudanças ocasionaram conflitos entre a hierarquia da Igreja e os leigos voluntários do programa, isso decorrente das opiniões divergentes, assim, os bispos “[...] já não viam a conscientização como a primeira etapa da mudança social [...]” (PAIVA, 1987, p. 311), mostrando-se favoráveis a não politização do movimento priorizando-se a instrução religiosa, perdendo, gradativamente, sua própria identidade ao se enquadrar na orientação do governo militar. Devido a essa nova orientação do movimento e em virtude do apoio de iniciativas privadas e do governo federal, o MEB ganhou sobrevida na primeira fase da Ditadura Civil-Militar até fins dos anos de 1960, quando ocorreu “[...] a integração final do movimento as diretrizes governamentais [...]” (PAIVA, 1987, p. 312) que se deu por meio do convênio com o MOBREAL.

Em suma, todos esses movimentos surgidos entre as décadas de 1950 e início da década seguinte, sob influência da metodologia criada por Paulo Freire, desenvolveram um trabalho relevante para a alfabetização de jovens e adultos, já que se apoiaram na proposta de uma educação conscientizadora, politizada que se contrapunha as propostas tradicionais. “[...] Uma das condições desta libertação é que o povo tenha consciência da dominação a que está submetido e das tarefas históricas que lhes são requeridas para liquidar esta dominação; por isso mesmo alfabetizar não pode ser distinto de conscientizar.” (FÁVERO, 1983, p. 239).

No entanto, com o golpe civil-militar, a EJA foi colocada sob a política educacional autoritária e repressiva do regime, de maneira que esses movimentos foram quase que totalmente extintos e seus mentores perseguidos e exilados. As experiências de alfabetização dos jovens e adultos com proposta de politização das massas foi substituída pela iniciativa oficial da ditadura que lançou o MOBREAL por meio da lei 5.379 de 1967. Segundo Soares e Galvão (2005, p. 270):

Se a prática da alfabetização desenvolvida pelos movimentos de educação e cultura popular estava vinculada a problematização e conscientização da população sobre a realidade vivida e o educando era considerado participante ativo no processo de transformação dessa mesma realidade, com o Golpe Militar de 1964, a alfabetização se restringe, em muitos casos, a um exercício de aprender a “desenhar o nome”.

Dessa maneira, os movimentos de cultura surgidos do seio das massas deixaram de receber apoio governamental, já que as novas diretrizes do estado autoritário priorizaram a

Cruzada ABC, de origem protestante e que já havia sido instalada no país com práticas oriundas dos EUA, mas a política efetiva de alfabetização só teria início com o lançamento do MOBRAL, no ano de 1967, que iniciaria suas atividades no ano de 1970.

MOBRAL: A POLÍTICA AUTORITÁRIA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Com a Ditadura Civil-Militar “[...] os movimentos de educação e culturas populares foram desmantelados e reprimidos, suas lideranças perseguidas, as ideias de transformação social foram silenciadas.” (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 247). Um período marcado por forte autoritarismo e repressão, com silenciamento das pessoas que fossem contra essa lógica, como ocorreu com muitos estudantes, professores e intelectuais compromissados com as mudanças sociais, em alguns casos foram mortos e outros exilados. Foi implantada uma reorganização educacional baseada no “controle”, alinhada à nova ideologia capitalista e autoritária, marcada pela influência norte-americana, com o advento da Guerra Fria, mas que se apresentava de forma camuflada, assim, chegou ao país a assistência técnica ganhando ainda mais relevância no governo do General Castelo Branco com a desnacionalização educacional. (GERMANO, 2005).

Como nas demais modalidades de educação, ocorreu a reformulação da Educação de Jovens e Adultos, visando a utilização da educação como possibilidade de manutenção da coesão social. Também se utilizavam do discurso da difusão da educação como um símbolo de uma sociedade “democrática” já que se vivia sob um regime de exceção, que no final, visava assegurar as pessoas os mínimos direitos e uma formação ingênua. Com a extinção das ações educacionais progressistas junto aos jovens e adultos, os militares buscaram ocupar esse espaço de alfabetização, apoiando iniciativas como a Cruzada da Ação Básica Cristã (Cruzada ABC), realizada na região Nordeste, a partir de uma visão de integração nacional, com a colaboração de recursos internacionais, sendo este ligado diretamente aos “norte-americanos”. A Cruzada tinha pretensão, ainda, de formar na população uma “consciência cristã”, onde aquelas pessoas que se beneficiassem com a ditadura deveriam ir contra a “exploração política dos grupos extremistas” e, apoiar, integralmente, o governo militar, essa campanha era criticada pelo seu caráter altamente assistencialista, distribuindo alimentos aos professores e alunos como recompensa pela frequência nas aulas. Segundo Paiva (1987, p. 346):

A Cruzada ABC, na verdade, funcionou na região Nordeste como a contrapartida conservadora dos movimentos de educação popular do início dos anos 60, desencadeando na área uma ação ideológica que visava legitimar a nova ordem junto à população. Através do seu programa buscava a ABC difundir uma imagem positiva dos militares e dos norte-americanos, demonstrar o interesse dos governos brasileiro e norte-americano pela “sorte do povo”, inculcar nos participantes a convicção de

que ela depende fundamentalmente do esforço individual, supondo que isso contribuiria para minimizar as “tensões sociais” na região.

A Cruzada funcionou do período de 1964 a 1969, projetada como um “braço pedagógico” do governo militar. Mas como o problema do analfabetismo continuava com dimensões altas e esse programa não conseguiu atingir suas metas, devido a vários fatores como a oposição dos profissionais da educação, além do Banco Central não ter aceitado sua prestação de contas, surgiu a proposta do MOBRAL buscando legitimar o regime via educação, estabelecendo-se um movimento que abrangesse todo território nacional.

O MOBRAL foi criado por meio da Lei n. 5.379, no dia 15 de dezembro de 1967, com o objetivo de ser a solução para o Estado conter o grande índice de analfabetismo da população brasileira. Visto que no ano de 1970 o censo indicava a presença de 17.936.887 de pessoas analfabetas, acima de quinze anos, o que equivalia a cerca de 33% da população adulta. (FREITAS; BICCAS, 2009). O MOBRAL seria um organismo financiador de programas descentralizados do Departamento Nacional de Educação (DNE), que apoiava os programas de alfabetização de massa, mas, também, buscava as experiências dos programas anteriores, preocupados com a rentabilidade do investimento mantendo uma estreita relação com o MEC (PAIVA, 1987).⁴

De acordo com o próprio projeto do programa:

A 8 de setembro de 1967, Dia Internacional da Alfabetização, o Ministro da Educação e Cultura, Dr. Tarso Dutra, levou à consideração do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Marechal Costa e Silva, decretos e anteprojetos de lei relativos à matéria. Após a avaliação do sério problema com que a nação se defrontava, o presidente anunciou que enviaria ao Congresso o Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adultos, precedido de anteprojeto de lei pelo qual a Alfabetização Funcional e a Educação Continuada passariam a ser atividades prioritárias permanentes do Ministério da Educação e Cultura e no qual ficaria instituída a Fundação Mobral como seu órgão executor. (BRASIL, 1973, p. 9).

Segundo destaca Freitag (2005), o novo programa propunha a alfabetização funcional a jovens e adultos na faixa etária entre 15 e 35 anos moradores da zona urbana, porém, a questão central era a do financiamento para o início das atividades:

O Estado só previa uma verba anual de Cr\$ 500.000,00, para o funcionamento dos programas, o MOBRAL realmente só começou funcionar quando, em 1970, encontrou-se uma forma real de financiamento. Essa forma consistia em desviar 6,7% da receita líquida da loteria esportiva e deduções voluntárias de 1% do imposto de renda devido pelas pessoas jurídicas para o programa de alfabetização. Com isso o MOBRAL dispunha em 1971 de 67 milhões de cruzeiros. (FREITAG, 2005, p. 156).⁵

Com o tempo, o programa desenvolveu atividades de alfabetização, tanto junto a grupos urbanos como em agrupamentos rurais. Tentou repassar todo um conjunto de ideias que sustentavam o projeto político do governo militar. Visou, essencialmente, “[...] a questão econômica e política para a manutenção do regime, com o intuito de promover o aumento e aceleração da produção, porém, inibiu avanços sociais mais amplos para a classe trabalhadora.” (LEITE, 1996, p. 99).

Como o país vivia com um grande índice de analfabetismo, sendo considerado como “vergonha nacional” e o que se desejava era erradicar este número, em um prazo de dez anos, estabelecido pelo MOBRAL, implantado pelos militares “[...] constitui-se em um instrumento próprio da ditadura, imposto, implementado e estruturado em todo país sem consulta a sociedade em sua proposição e estratégias de planejamento.” (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 249). Como o objetivo do MOBRAL era combater o analfabetismo que se apresentava em números elevados, no início da década de 1970, o movimento foi reestruturado em três níveis administrativos: MOBRAL Central, Coordenações Estaduais e Comissões Municipais. Consequente a essa reorganização ocorreu uma forte descentralização de funções e, o MOBRAL investiu em quatro programas: Alfabetização Funcional, Educação Integrada, MOBRAL Cultural e o de Profissionalização.

Dentre os quatro, destacamos o programa de Alfabetização Funcional tinha como objetivo fazer com que os sujeitos envolvidos nele desenvolvessem as técnicas básicas de leitura, escrita e cálculo, de forma a corresponder às necessidades apresentadas no meio social em que viviam. As habilidades desejadas eram desenvolver a leitura, a escrita, contar, ampliar o vocabulário, desenvolver o raciocínio, etc. A educação funcional é como “O jargão corrente nos meios técnicos ligados a educação e ao desenvolvimento social em geral, mas retirava-se qualquer vinculação prévia da alfabetização as condições socioeconômicas dentro das quais vivia o aluno.” (PAIVA, 1987, p. 355). Mostrando de maneira implícita o preconceito contra o analfabeto, como se ele fosse um ser incapaz de encontrar sua própria função.

Dessa forma, após a alfabetização do indivíduo, seria de sua inteira responsabilidade encontrar sua funcionalidade, em buscar melhores salários, melhores condições de vida, essas seriam as condições objetivas de tais melhorias. (RIBEIRO, 1997). O programa ficou, em grande parte, apenas no âmbito do discurso, pois o que era mostrado não tinha muito vínculo com a realidade da população desfavorecida, que lutava cotidianamente para sobreviver.

Outro aspecto a ser ressaltado na implantação desse programa foi o seu caráter comodista paralelo aos da religião, fomentando nas pessoas a passividade e a crença em sociedade melhor a ser construída no futuro por meio do diálogo entre empresários e empregados, negando os interesses divergentes entre as classes. Com apoio da sociedade civil, em cada município, foram criadas subcomissões do MOBRAL que eram dirigidas, em geral, por mulheres (esposas, mães ou filhas alfabetizadas) que adotavam o discurso de visão

positiva construtiva de sociedade. Vale ressaltar que, muitos dos alunos conveniados existiam apenas no papel.⁶

O MOBRAL calculava uma meta de alunos a ser atingida anualmente pelos estados, em seguida esse dado era dividido com os municípios que deveriam firmar convênios com a União sob pena de perderem recursos do Fundo de Participação do Município. Contudo, essas metas não levavam em consideração as especificidades de cada região, o que gerava muitas distorções no número de alunos idealizado pelas prefeituras, classificado enquanto irreal, mas que asseguravam a transferência de recursos imediatamente após a assinatura do convênio. Dessa maneira, parece que o que menos importava era o processo de alfabetização concreto dos “alunos conveniados”, conforme precariedade demonstrada por meio de levantamento realizado pelo próprio MOBRAL no ano de 1975, em 22 municípios da região Nordeste:

No que concerne a leitura 57,9% dos alunos não eram capazes de ler um texto simples e cerca de 15% deles não eram capazes de sequer ler palavras isoladas. Quatro por cento dos alunos não foram capazes de acertar qualquer item do teste de leitura; 17,3% lograram acertar todos os itens. Quanto à escrita, 41,4% não eram capazes de escrever sequer palavras isoladas, 58,9% não eram capazes de redigir uma frase, 61,8% não eram capazes de escrever palavras e endereçar um envelope, 74,9% não eram capazes de redigir um bilhete. No mesmo teste, 16,2% dos alunos não lograram acertar nenhum dos itens do teste, sendo que 10,3% conseguiram acertar todos os itens. No seu conjunto, cerca de 50% não logravam realizar operações com números inteiros e 55,8% não conseguiram acertar na solução de problemas simples, sendo a questão mais difícil a multiplicação de um número de dois algarismos por um número de um algarismo. (PAIVA, 1987, p. 365).

Ainda de acordo com a autora, no ano de 1973, foi publicado pelo programa que se esperava do aluno alfabetizado ser capaz de ler e escrever seu próprio nome, seu endereço e o de toda sua família; escrever pequenos bilhetes, passar telegramas e recibos, redigir um requerimento se tiver sido orientado; resolver pequenos problemas do dia-a-dia; somar e conferir notas de compras; calcular gêneros alimentícios que precisavam comprar para a família; fazer troco com o dinheiro em circulação etc. Critérios que compunham o famoso Decálogo de avaliação do aluno alfabetizado no MOBRAL constituído nos seus primeiros anos de seu funcionamento. (PAIVA, 1987).

A dificuldade dos alunos em desenvolver as habilidades de leitura e escrita era resultado da precária qualidade de ensino oferecido pelo MOBRAL. Os educadores em sua maioria eram leigos, “não desconsiderando suas habilidades”, mas estes não compunham nenhuma formação, não recebiam formação continuada e, muito menos, motivações para desenvolver suas metodologias. Contribuindo assim com a evasão, a irregularidade de frequência, pois a maioria dos alunos não estava inserida nas técnicas oferecidas pelo MOBRAL, gerando desinteresse em continuar nas aulas e até mesmo, aqueles que chegavam ao fim, muitos caíam na regressão de aprendizagem. Por falta do uso do que eles aprendiam

nas aulas e, também, a metodologia usada pelo MOBRAL era, em sua maioria, descontextualizada da cultura e da realidade dos alunos. De acordo com uma pesquisa realizada no Nordeste, “23,4% dos alfabetizadores entrevistados tinham terminado a 1º, 2º e 3º séries, 42,3% haviam terminado a 4º série e, 21,9% chegaram a iniciar outra série do primeiro grau.” (PAIVA, 1987, p. 367).

O Programa de Educação Integrada – PEI, desenvolvido em 1971, talvez seja a mais importante iniciativa do MOBRAL. Tinha como finalidade propiciar aos alunos que havia iniciado o programa de Alfabetização Funcional a continuar seus estudos. Este programa no período de 1972 a 1976 teve grande expansão, que logo foi ampliado com base nos convênios das Secretárias da Educação. Destinava-se a uma melhor formação da mão de obra em relação àqueles que não tiveram oportunidade de estudarem na infância ou na adolescência. Uma modalidade educacional designada “[...] a recuperar o atraso, a reciclar o presente formando uma mão-de-obra que contribuísse no esforço para o desenvolvimento nacional, através de um novo modelo de escola.” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 12).

O Programa de Educação Integrada como foi planejado para ser uma formação continuada dos alfabetizandos que finalizavam a educação funcional, não logrou êxito devido a sua autonomia, a administração e, também, a forma como foi criado, uma estratégia para tentar salvar um movimento em extinção. Não resolvendo o problema mais específico da campanha que era o da regressão ao analfabetismo.

No ano de 1973 foi criado o MOBRAL Cultural, destinado a dar continuidade aos programas educacionais que buscavam reforçar os processos de alfabetização já iniciados e incentivar os alfabetizandos a não desistirem de frequentar os cursos. No mesmo ano foi criado o Programa de Profissionalização, estabelecidos pelos convênios com o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO) mais a Fundação Gaúcha do Trabalho, em propiciar melhores condições socioeconômicas para os sujeitos alfabetizados no MOBRAL que desejassem continuar seus estudos. Essa proposta buscava atender ao maior número de alfabetizandos ligados a uma qualificação profissional.

Como afirmaram Freitas e Biccas (2009) todos esses programas citados estavam ancorados em quatro linhas de ação que se estruturam o MOBRAL: 1. Descentralização da ação: o MOBRAL Central delegava as tarefas para que as decisões pudessem ser tomadas mais rápidas nos locais onde havia seus projetos; 2. Centralização do Controle: Esta dimensão de certa forma condicionava a anterior, pois, indicava que as atividades descentralizadas deveriam ser fiscalizadas. A estratégia usada seria em centralizar os objetivos políticos e o controle vertical aos coordenadores e supervisores, encarregados em implantar e fazer cumprir as orientações gerais do MOBRAL; 3. Relacionamento funcional: Visava garantir rapidez no desenvolvimento dos trabalhos e, ao mesmo tempo, estabelecer uma relação entre os diversos órgãos que participavam nas ações desenvolvidas pelo MOBRAL e 4. Definição de objetivos: Proclamado como estratégia para um bom funcionamento das ações delineadas, a fim de que se garantisse um equilíbrio do sistema do MOBRAL.

Assim, revela-se o caráter doutrinário e disciplinador do MOBRAL enquanto uma campanha de massa. O processo pedagógico se apresentava centralizado e limitado a um processo de hierarquização, uma vez que os professores tinham que obedecer a lógica implantada pelo MOBRAL na utilização dos materiais didáticos desenvolvidos para todo o país, sobre a orientação dos supervisores. (FREITAS; BICCAS, 2009). Em 1981 ocorreram mudanças no quadro de seus diretores, em função das desconfianças levantadas pelos setores da tecnocracia sobre os resultados apresentados pelo MOBRAL, tais movimentos eram estratégias buscando dar sobrevida ao programa, entre elas, destacaram-se três: a tentativa de ampliar a faixa etária de jovens a serem atendidos, alunos com menos de 15 anos; também reforçar o papel da instituição como um instrumento de controle do regime militar e sua transformação em um movimento de “ação comunitária” ou de “educação comunitária” com priorização ao pré-escolar. (PAIVA, 1987).

O desejo de manter o MOBRAL operante, tinha relação com a lógica militar a qual fora pensado, visando atingir a todo o país, chegando nos municípios mais distantes, como uma estratégia de governo para manter o controle e, também, uma resposta para a sociedade. Cabe ressaltar segundo Souza (2005, p. 62) que:

O MOBRAL tinha como objetivos explícitos incrementar o número de eleitores (já que analfabetos eram impedidos de votar) e também qualificar mão-de-obra, visando a regular o mercado de trabalho, mantendo os salários em níveis baixos com a grande oferta de trabalhadores alfabetizados. Tais medidas atendiam tanto ao anseio das massas quanto às necessidades das indústrias, dando legitimidade ao Estado.

Neste prisma, este movimento buscava também neutralizar possíveis organizações de movimentos que se contrapunham ao regime. Assim, uma das estratégias para manter vivo o projeto foi a criação do “MOBRAL Infante-Juvenil” já que havia dificuldade de recrutamento de alunos de 15 anos e mais para o movimento. A presença de crianças passou a ser comum nas aulas desse subprograma, que se instalou com maior força nas regiões que apresentavam dificuldade de recrutamento de jovens e adultos como no Nordeste, na região Sul e, em especial, no Estado do Rio Grande do Sul.⁷

O subprojeto Infante-Juvenil, em 1974, buscou atingir um total de 1,5 milhão de crianças em nível nacional com idade entre 9 e 14 anos que não compunham o sistema regular de ensino. Após a sua alfabetização, seriam encaminhados ao Programa de Educação Integrada e, quando fosse possível, integrados ao sistema regular de ensino. Baseado em Paiva (1987), a pretensão do MOBRAL iria muito além de um programa de atendimento a crianças, seus idealizadores buscavam levar o MOBRAL da alfabetização até a universidade com anseio em montar no país um sistema de educação paralelo e com baixo custo de investimento, e amplamente respaldado pela sociedade civil, que deveria assumir a responsabilidade de prover os recursos para a sua escolarização.

O MOBRAL lançou outras estratégias de sobrevivência como a metodologia conhecida como “ação comunitária” pela dificuldade de adesão ao programa de jovens e

adultos, assim surgiu o “Programa Ação Comunitária” (PRODAC), também empenhado na ação ideológica, com uma ampla atuação e sem prazo determinado. Porém, o MOBRAL foi descaracterizado enquanto uma campanha de alfabetização, reforçando-se seu caráter ideológico, por priorizar atividades voltadas à manutenção do status cívico-social das comunidades (“Ação Cívico-Social – ACISO”), passando a elas a responsabilidade de resolução de problemas ligados a moradia, sanitários, educação familiar e saúde. Dessa maneira, o MOBRAL se extinguiu com ao fim do regime autoritário, no ano de 1985.

Muito embora esse programa tenha sido pensado e implantado pelo governo autoritário, foi a adesão da sociedade civil e seus organismos como as igrejas, e com o apoio legal das prefeituras municipais que o programa foi viabilizado, mesmo com todos os problemas intrínsecos a sua natureza, de maneira que o MOBRAL se expandiu e sendo operacionalizado até mesmos nos pequenos municípios como Ituiutaba localizado no Triângulo Mineiro.

O PROJETO MOBRAL NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG⁸

O Movimento Brasileiro de Alfabetização começou a ser implantado em Ituiutaba no início de 1971, quando o prefeito Álvaro Andrade⁹ foi convidado pelos dirigentes do MOBRAL para reunião de chefes executivos em Belo Horizonte com o objetivo de ampliação do programa em Minas Gerais. Tal fato foi registrado pelo jornal local que apontava a adesão da prefeitura municipal ao “notável plano de alfabetização”:

Figura 01 – “MOBRAL em Ituiutaba”



Fonte: Jornal *Cidade de Ituiutaba* (1971a).

A reportagem iniciava afirmando que Ituiutaba receberia os “benefícios” do MOBRAL, a partir da assinatura do convênio visando o combate ao analfabetismo da população jovem e adulta do município. Para iniciar o programa, foi preciso constituir o Conselho Comunitário e a Comissão Executiva no local, para tal, realizou-se reunião com a presença de autoridades civis, militares, eclesiásticas e pessoas de outros setores, apresentando-se a proposta do programa para a zona urbana e, também, na zona rural. Nesta mesma reunião foram escolhidos os dirigentes locais, e, pode-se evidenciar o controle militar do programa, pois o presidente eleito - Eurípedes Freitas tinha ligações com as forças armadas, fora vereador pelo partido ARENA e também candidato derrotado a prefeitura, muito ligado à Igreja Católica, como informou uma colaboradora:

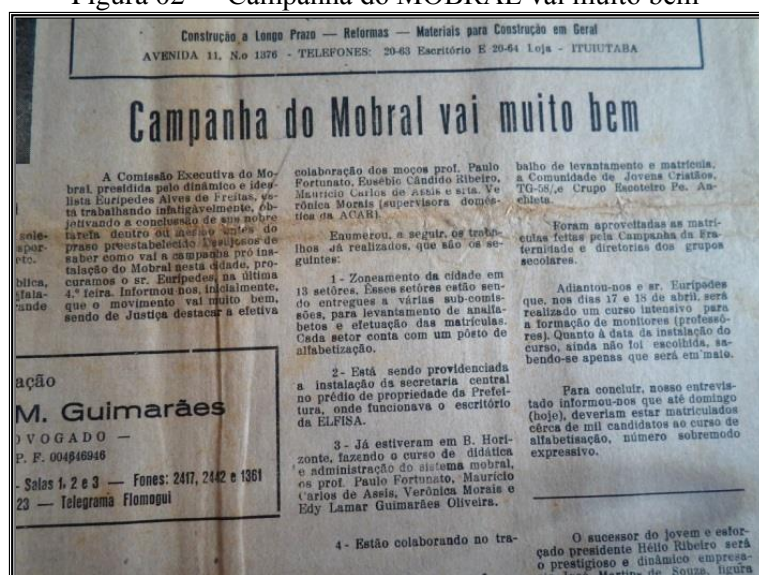
A sede do MOBRAL, geralmente se localizava em Ituiutaba onde era o Express Ituiutaba, na parte de cima foi cedido pelo Sr. Eurípedes que era um político aqui que gostava de ver as coisas boas acontecerem aqui em Ituiutaba. O Sr. Eurípedes presidente do MOBRAL era político da ARENA que apoiava os militares. (RIBEIRO, 2013).

Ainda de acordo com Ribeiro (2013), Eurípedes Freitas apoiou o MOBRAL, pois argumentava ter muitos funcionários na sua empresa de transportes que não sabiam ler e nem escrever. Assim, ainda afirmou que acreditava que os patrões apoiavam os seus funcionários “saber a ler e a escrever”, pois uma pessoa “analfabeta era considerada praticamente cega” naquele momento. Portanto, o MOBRAL se estabelecia a partir desse discurso que reforçava o estereótipo negativo do analfabeto, de forma que muitas pessoas de prestígio social se empenharam nessa causa, alegando ser muito difícil uma pessoa trabalhar e não saber assinar o próprio nome, contribuindo para legitimar a ação educacional da ditadura.

Na entrevista publicada pelo jornal, o presidente Eurípedes Freitas relacionou as atividades que o MOBRAL já havia realizado na cidade, e como se pode observar, o programa contava com sede em prédio cedido pela prefeitura, o treinamento didático e administrativo de dois responsáveis já havia ocorrido, e o mais importante, era o envolvimento de grupos voluntários no recrutamento dos alunos, como Jovens Cristãos, Tiro de Guerra e Grupo Escoteiro, além da utilização de dados de matrículas da Campanha da Fraternidade (Igreja Católica) e dos Grupos Escolares da cidade:



Figura 02 – “Campanha do MOBREAL vai muito bem”



Fonte: Jornal *Cidade de Ituiutaba* (1971b).

Outro dado importante revelado na reportagem foi que a Comissão Executiva presidida por Freitas contou com a colaboração do professor Paulo Fortunato que era padre e cedeu os dados das matrículas da Campanha da Fraternidade de 1971, ação realizada pela promoção da educação de jovens e adultos. O jornal considerava o número de mil candidatos à alfabetização como expressivo para uma população de mais de 60 mil habitantes, lembrando que em Minas Gerais em 1970, por exemplo, existia cerca de 35% de pessoas analfabetas com mais de 15 anos de idade.

A influência da Igreja também ficou evidente na fala de Cândido (2013), um dos entrevistados que fazia parte da Comissão Executiva, segundo ele, tal participação neste movimento se dava por meio dos grupos de jovens que eram bastante organizados. O Colégio São José tinha vários padres como professores, assim destacou a atuação do padre Paulo, o mais ligado aos jovens e que deu apoio ao MOBREAL. A parceria com a sociedade civil fortalecia o descompromisso do Estado com o financiamento da educação de jovens e adultos, localmente, essa caráter de voluntarismo do MOBREAL foi reforçado pela associação desse programa a figura de uma liderança religiosa, o que reforçaria a ideia de que prover educação seria um trabalho de solidariedade e de fraternidade (caridade), de maneira que seria muito adequado um padre liderar essa frente contra o analfabetismo.

Por meio de outro depoimento também foi possível compreender essa ação da Igreja Católica junto aos grupos de jovens no sentido de se recrutar os professores (monitores) para atuarem no programa:

Fazia parte de um grupo de jovens, em que esse grupo de jovens vivia procurando alguma coisa em termos de caridade em ajudar as pessoas. Na época o próprio governo colocou essa alternativa do MOBREAL, principalmente e diretamente para adultos que não tiveram oportunidade

de estudar quando mais jovens, minha mãe foi um exemplo disso que não teve oportunidade, foi criar os filhos teve 14 filhos, nunca teve oportunidade de estudar não sabia nem ler e nem escrever, a qual aprendeu a ler e a escrever com o MOBRAL. (FERREIRA, 2013).

Ainda de acordo com ela, era nos grupos de jovens que se divulgavam os convites e ações do MOBRAL, recrutando-se tanto professores quanto alunos. Tal forma de recrutamento delineou o perfil dos professores (monitores) que atuariam no MOBRAL local. Na pesquisa contamos com a participação de quatro ex-docentes monitores que compartilharam suas experiências, além dos depoimentos da professora treinada em Belo Horizonte e da coordenadora geral local. Todos apresentaram formação escolar acima da média da população à época do programa, muito embora, dos seis entrevistados apenas três fizeram curso superior na área educacional, titulação alcançada depois da atuação no MOBRAL.

A professora Souza (2013) começou a trabalhar como docente ainda muito jovem, mesmo antes de concluir o Curso Normal foi convidada a ingressar na docência por uma diretora de escola. O professor Martins (2013) diplomou-se em Matemática, mas também já trabalhava antes da conclusão do curso superior. Já a professora Ferreira (2013) começaria a atuar na docência após concluir o Curso Normal, mas seguiu se especializando na área musical, cursando várias modalidades no Conservatório Estadual de Ituiutaba. A ex-coordenadora do MOBRAL Finol (2013) formou-se em Pedagogia, especializando-se no campo da supervisão pedagógica. Ingressou no mundo escolar na adolescência como monitora no extinto Colégio Marden, e aos poucos passou a substituir as ausências dos professores da escola.

Essa ligação entre a Igreja Católica e o Estado funcionou bem no recrutamento e na divulgação do MOBRAL, realizada em grande parte pelas paróquias e pelos grupos de jovens que participavam das subcomissões, de maneira que esse programa se configurou enquanto braço ideológico estatal, como apontou Paiva (1987, p. 358):

O caráter eminentemente político-ideológico de tal 'sistema de educação permanente' torna-se mais claro pela leitura do artigo publicado em 1979. Lê-se aí que o Mobral servia para mostrar 'que os homens são cada vez mais irmãos, que estamos construindo uma nação cada vez mais justa, onde todos terão sua oportunidade, seu lugar ao sol'.

O engajamento da igreja é reforçado pelo depoimento de Cândido (2013) que ficou sabendo da possibilidade de trabalhar no MOBRAL por meio do grupo de jovens que fomentava o desejo de auxiliar as pessoas:

Essa vontade de participar de alguma coisa que promovesse as pessoas, tanto é que esse desejo, ou essa afirmação, veio através da comunidade jovens cristãos da Igreja Católica, em que nos já dirigíamos o patronato de menores e por extensão nos fomos também participar desta alfabetização, assim como cursos profissionalizantes, que nos fizemos um convênio com

a “Secretaria de Ação Social” do estado de Minas Gerais. E nesta época nos ministramos um curso de pintura, de pedreiros, de armação, de enrolamento de motores, e também dos companheiros que nos ajudaram a fazer todo este trabalho que foi à Igreja Católica. (CÂNDIDO, 2013).

O depoimento demonstra o caráter de voluntariado do movimento e revela a atmosfera do período, onde a população era convocada a trabalhar para o regime tendo por detrás a ação da igreja. Assim, o desejo de ação na comunidade era maior do que a disposição para se lutar pelas condições didático-pedagógicas das escolas regulares e a ampliação de vagas nela, por exemplo.

Apenas a escolha da Comissão Executiva local teve seus nomes bastante pensados, como revelou Ribeiro (2013) em seu depoimento. À época era professora e foi escolhida para o treinamento em Belo Horizonte, frequentando o curso de didática e administração do sistema MOBREAL, tinha apenas a formação no magistério, mais tarde, faria o curso de Pedagogia, especializando-se em Inspeção, Orientação e Supervisão. Ficou sabendo da possibilidade de trabalhar no MOBREAL na comunidade de jovens, pois precisavam de pessoas para viajar a Belo Horizonte e “[...] pegar a sementinha como eles falam na música para espalhar, então foram eu, o Mauricio e o Padre Paulo, ficamos uma semana, com hotel pago, tudo pago.” (RIBEIRO, 2013).

Essa equipe local retornaria a Ituiutaba e teria o papel de multiplicar o método junto aos demais professores do programa:

Repassava a metodologia didática para os professores as reuniões eram feitas no colégio São José para 150 pessoas. Dividimos a metade para cada sala enquanto o Marcelo passava a parte dele em uma sala eu estava em outra e depois nós trocávamos. De início foram 150 professores acredito que nem todos pegaram aula. Não tinha que pagar para receber a metodologia, o curso do MOBREAL, era só fazer a inscrição. (RIBEIRO, 2013).

Observa-se que nem todas as pessoas que passavam pelo treinamento chegavam a atuar no MOBREAL, a depoente, destacou que o ponto de partida com os alunos deveria ser o conhecimento trazido por ele, sempre estimulando os alunos para que se adaptassem ao programa, apoiando-se no argumento do caráter “cristão” do mesmo:

Era eu e o Marcelo ele tinha contabilidade uma pessoa bem desenvolvida inteligente, e ele queria que o MOBREAL que essas pessoas tirassem o maior proveito do MOBREAL pelo o espírito cristão que ele tinha. Então ele era levado pelo o amor àquelas pessoas que não tinham sido alfabetizadas. (RIBEIRO, 2013).

Vemos que também em Ituiutaba, o MOBREAL teve sua implantação a partir da influência da Igreja Católica devido à inserção social dessa instituição, de forma que os convites ao trabalho eram realizados aos futuros professores (monitores) em suas paróquias, nos grupos de jovens. A divulgação era realizada nos encontros, quando se apelava ao

“espírito cristão”, de maneira que as pessoas eram levadas a atuação no MOBRAL, com o desejo de se fazer caridade a um irmão necessitado de instrução para que pudesse se libertar de sua condição de quase cegueira.

Não se exigia formação inicial para atuar no MOBRAL, apenas um ligeiro treinamento onde se repassavam materiais e métodos:

Passamos por uma preparação sim para desenvolver este trabalho, pois, tinha um material por escrito, tinha a proposta de livros, do método, então “acredito” que tivemos que fazer um curso de preparação para esse MOBRAL. Essa capacitação só acontecia antes mesmo, nós fazíamos um cursinho de como fazia para passar aquela aprendizagem para os adultos, como nós iríamos conduzir o ensino para os adultos como nós iríamos passar aquilo que aprendemos para eles, de como iríamos transmitir o método para eles. Acredito que seria na Igreja ou no grupo de jovens não me lembro se havia um local específico ou se seria na própria escola que iria trabalhar. Acredito que seria no próprio local de trabalho. (FERREIRA, 2013).

Os professores do MOBRAL não tinham vínculo empregatício, recebiam apenas uma ajuda de custo, a maior motivação deveria ser o desejo de praticar a caridade ou realização de “trabalho comunitário”:

[...] quando nós atuávamos já estávamos na sexta série que falava antigamente ou segunda série ginásial. E então tínhamos uma oportunidade de receber um salário apesar de pequeno mas na época ajudava muito era uma prestação de serviço. Antes de trabalhar no MOBRAL eu não trabalhava, eu era adolescente de tudo com 17 anos a turma toda que iniciou comigo, a Renata com 15 anos outros com 16 anos. Então fazíamos parte de uma comunidade de jovens da igreja, então através do [...] nós fomos convidados para lecionar. (SILVA, 2013).

Neste depoimento evidenciou-se que não existia critério de formação para a contratação dos professores, o que se exigia era o voluntarismo e disposição para ajudar. As pessoas convidadas apresentavam bom desenvolvimento no processo da leitura e da escrita, além daqueles que estivessem estudando. Tal situação refletia o cenário nacional:

Não havia um processo seletivo, não se exigia nem o 2º grau e nem o nível universitário para atuar em tais programas educacionais. Os escolhidos, denominados então como monitores, recebiam uma formação inicial que lhes proporcionava um conjunto de orientações para utilizar os conjuntos didáticos do programa. (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 261).

A coordenadora geral do MOBRAL na cidade - Finol (2013) -, foi designada para o cargo por imposição, já que na época era inspetora de ensino, considerado o cargo de maior prestígio no campo educacional:

Quando eu recebi a responsabilidade de acompanhar o MOBRAL, recebi a indicação desse padre que eu pensava que ele seria a última pessoa que

deveria ser um diretor do MOBRAL, era uma pessoa de difícil convivência, embora fosse padre ele criava problemas com Deus e o mundo, então foi uma imposição. (FINOL, 2013).

É possível perceber que o autoritarismo na implantação do programa ao criar uma outra estrutura educacional paralela onde o voluntariado prevalecia gerava atritos com a estrutura educacional das demais escolas. Finol (2013) relatou ainda, a falta de organização, pois não havia um planejamento para o desenvolvimento deste movimento, tudo funcionava sem nenhuma importância, não era supervisionado, funcionava a “Deus dará”. Na sua concepção, o MOBRAL surgiu de repente, sendo uma iniciativa de âmbito federal, com objetivo voltado apenas para formar pessoas para votar, sendo capaz de assinar o nome. Assim, esse programa “[...] constitui-se em um instrumento próprio da ditadura, imposto, implementado e estruturado em todo país sem consulta a sociedade em sua proposição e estratégias de planejamento.” (FREITAS; BICCAS 2009, p. 249).

Os problemas do MOBRAL em grande parte decorriam das características improvisadas do programa com pouco preparo dos professores (monitores) para atuarem com um público de pessoas mais velhas e em geral, trabalhadores que assistiam as aulas no período da noite, a partir das 19h até no máximo as 21h30, pois as pessoas tinham uma faixa etária mais avançada: “[...] com 40, 60, 65, 70 até mesmo com 80 anos sem limites, todas as idades, todos eram pobres de nível de vida bem precário.” (FERREIRA, 2013). Todos trabalhavam durante o dia, pois apresentavam uma condição de vida bem baixa, eram trabalhadores braçais, dona de casa, pedreiros, pessoas que trabalhavam nas indústrias e na lavoura, como os migrantes nordestinos:

Tinha muito nordestino, porque naquela época prevalecia muito o arroz, a plantação aqui na cidade, era a capital do arroz, e esse pessoal vinha para a cidade. E aqui eles não tinham uma vida muito fácil, então nessa época tiveram uma oportunidade de se alfabetizar, e muitos até que conseguiram um bom desenvolvimento. (RIBEIRO, 2013).

Os locais que aconteciam as aulas eram nas escolas que tinham salas disponíveis, nas capelas como, por exemplo, Nossa Senhora da Aparecida, São Judas, Matriz, locais que eram disponibilizados por algum empresário de Ituiutaba ou até mesmo por particulares voluntários. De acordo com a coordenadora geral do MOBRAL a prefeitura não se responsabilizava pelo programa, mas apoiava e disponibilizava parte da sua estrutura. (FINOL, 2013). Essa afirmação coincide com Paiva (1987) que fez referência as metas impostas pelo MOBRAL as prefeituras que sofriam pressão dos funcionários do programa para apresentarem resultados em suas localidades, após a assinatura dos convênios, devendo disponibilizar funcionários da prefeitura, sob a ameaça de perderem verbas do Fundo de Participação do Município.

As etapas do MOBRAL tinham duração cada uma de cinco a seis meses e, no final havia a entrega dos certificados e, em alguns casos, mesmo aqueles que não conseguiram se alfabetizar eram certificados, sendo convidados a continuarem no programa: “Tinha a

entrega dos certificados, as festinhas comemorativas eram muito boas, [...] aqueles que no decorrer do curso chegavam atrasados ou que não tinha um bom desenvolvimento continuavam no MOBREAL para ele poder ser reforçado aprender mais.” (RIBEIRO, 2013).

Tais questões surgiram também nos depoimentos de duas ex-alunas que participaram do programa. Silva (2013) começou a trabalhar muito cedo e o “brincar” não fez parte de sua vida, devido suas responsabilidades na zona rural. A primeira atividade remunerada que desenvolveu foi aos quinze anos, como lavadeira e depois como babá, assim, as oportunidades de se escolarizar foram poucas, frequentando uma escola na fazenda por apenas quatro meses. Anos mais tarde exerceu atividades de bordadeira, doméstica, faxineira em pensão, não se casou, mas teve um filho, e com tantos desafios, foi com mais de 30 anos, que teve a oportunidade de retomar os estudos no MOBREAL, sendo convidada por um amigo, e mesmo morando longe e sem transporte para se locomover passou a frequentar as aulas.

No período que ela estudou, as aulas aconteciam em um cômodo de comércio, a limpeza era realizada pelos próprios donos, cerca de 8 a 10 alunos adultos não alfabetizados participavam das atividades, não havia disponibilidade de lanche e, também, não ocorreu uma inscrição formal. Assim, Silva (2013) simplesmente chegou ao local e passou a assistir as aulas:

De início não consegui aprender nada, mas depois de um tempo consegui aprender um pouco a escrever cartas, mas não foi suficiente, pois, meu filho não conseguia compreender o que estava escrito nas cartas. Então resolvi parar e esqueci de tudo. (SILVA, 2013).

Ainda segundo ela, seus colegas de sala eram acima de 30 anos, trabalhadores e donas de casa, como sua amiga que fazia “jaká” para vender. Em relação às atividades realizadas em sala afirmou que a professora entregava os livros para os alunos e então “[...] tínhamos que estudar e escrevia no caderno em seguida ela tomava as lições era apenas dessa forma.” (SILVA, 2013). Sua permanência foi de seis meses, era muito frequente, não faltava. Ela informou ainda que desconhecia que algum colega do programa tenha dado continuidade aos estudos, ela própria tentou, porém desistiu por problemas de saúde. Considera ainda que o período estudado no MOBREAL foi bom, pois fez novas amizades, no entanto, ela gostaria de ter continuado os estudos o que poderia ter modificado suas condições de vida.

No outro depoimento de ex-aluna do programa, Tanus (2013) que era imigrante, afirmou não ter se escolarizado devido a religião muçulmana, uma vez que, na sua família apenas os homens podiam estudar e trabalhar, enquanto as mulheres caberiam os cuidados com a casa e a família e tinham direitos reduzidos: “Lá no meu país a mulher tem direito de um terço da herança do pai se ele quiser dar.” (TANUS, 2013). Na adolescência foi babá por um curto período quando seu pai esteve doente, depois seu irmão mais velho assumiu o apoio a família. Relatou que apenas seus irmãos estudaram e se formaram, a ela coube o casamento aos 15 anos e então, mudou-se para o Brasil. Mesmo não tendo tido oportunidade de estudar, incentivou seus filhos a isso: “[...] estudo é tudo, a pessoa que não tem estudo não é nada,

para falar a verdade, é alguma coisa muito pequena, muito insignificante, mais estudo é outra coisa para a vida de cada um deles, com estudo está difícil imagina se não estiver.” (TANUS, 2013). Chegou ao MOBRAL pelo desejo de poder escrever cartas e se comunicar com seus familiares no Líbano:

Eu sabia que estava ligada a política, era a política do MOBRAL, [...] eles faziam isso aí para o povo saber ler e escrever, para votar, eu lembrava disso. Então eu entrei não para mim votar eu interessei para mim estudar para saber ler e escrever, que eles falavam assim: “em um mês você aprende a escrever carta”. Eu fui, mas para mim aprender a ler e escrever carta para minha família, só que eu não consegui chegar aí. (TANUS, 2013).

Permaneceu por um período breve devido à falta de tempo, pois era “do lar” com filhos pequenos que demandavam atenção, de maneira que seu esposo decidiu que ela deveria parar de estudar para cuidar da família. Quando passou a frequentar as aulas, informou que em sua turma os alunos tinham idade acima de 30 anos, e ela se lembra que era a mais nova e tinha, mais ou menos, 23 anos: “Minha sala tinha muitos alunos eram, em sua maioria, trabalhadores, dona de casa, pessoas que trabalhavam o dia todo e ia a noite estudar.” (TANUS, 2013). A ex-aluna informou ter tido pouca aprendizagem:

Aprendi muita pouca coisa, não foi suficiente. Eu lembro de escrever, “Cuia”, “o que é” isto não sai da minha cabeça penso que é aquilo que usa em panela. Penso que isso não interessa muito para que aprender isso. Penso que tinha começar no começo por outro caminho, não sei não me interessa não, tinham que escrever jabuticaba, essas coisas. Sabe acho que nem eles sabiam o que estava dando, coitados desses professores. Não aproveitei nada apenas escrevi o nome. (TANUS, 2013).

Pelos depoimentos das ex-alunas do MOBRAL, evidencia-se que a proposta de alfabetização limitava-se ao mínimo: a escrita do nome para o voto. No depoimento de Tanus (2013) é possível observar que o movimento não propunha formação política, como vimos na primeira parte, quando Paulo Freire propunha uma educação relacionada à realidade do educando, partindo de palavras alfabetizadoras que fizessem sentido para os alunos. Tal fracasso de aprendizagem era geral e atingia alunos de todas as condições sociais pela atuação de professores com boa vontade, mas bastante inaptos a tal tarefa. No depoimento de Silva (2013) também se afirmou ter esquecido de tudo que havia estudado, o que gerava a necessidade do retorno às salas de aula. Nessas falas surgem a ideia da educação libertadora, um dos elementos que motivava o público do MOBRAL, a garantia de prosperidade material por meio da escolarização. Ao que indica, o MOBRAL era muito mais um espaço para socialização do que para efetivo aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do século XX o Brasil apresentou um grande índice de analfabetismo em relação aos jovens e adultos acima de 15 anos, que não tiveram oportunidades ou condições de permanecer no âmbito escolar na idade adequada, em decorrência a vários fatores como, por exemplo, a falta de vagas, prédios escolares inadequados, a evasão, a repetência, políticas educacionais inócuas e, sobretudo, as condições sociais desfavoráveis.

No pós-guerra, os esforços no sentido de ampliar a escolarização no Brasil para as classes populares visavam essencialmente, a qualificação mínima de mão de obra, baseando-se no assistencialismo e na profissionalização orientados pela teoria tecnicista. Propunha-se educação aligeirada para atender as empresas, o que prejudicava a qualidade da educação no sentido da formação do sujeito crítico, consciente de sua realidade e disposto a intervir nela. Muitas campanhas de alfabetização de jovens e adultos eram extintas sem conter o grande índice de analfabetismo devido à falta de planejamentos e de recursos financeiros, mas, sobretudo, por terem como objetivos explícitos, apenas o desejo de formar eleitores, garantindo o direito ao “voto” de grande massa de analfabetos. Desconsiderava-se também o interesse coletivo, propondo-se, na maioria das vezes, soluções importadas que se apresentavam anacrônicas em nossa realidade, como acabou se revelando o MOBREAL, programa de alfabetização em massa proposto pela Ditadura Civil-Militar, sob o argumento de combater o analfabetismo, atuou como mecanismo de controle e repressão em todas as regiões do país.

Neste prisma, a história do MOBREAL em Ituiutaba revela semelhanças com o cenário nacional deste programa, a sociedade civil organizada pelo respaldo da Igreja Católica e apoiada pela prefeitura municipal deu organicidade a suas ações educativas, dentro da lógica autoritária daquele momento. Vimos que foi um programa marcado pelo imprevisto, cujos professores não tinham formação além da ginásial, e atuavam apenas com um breve treinamento, sendo suficiente apenas ter tido bom desempenho escolar. Os alunos, em sua grande maioria, trabalhadores braçais, tinham grandes dificuldades de se manterem nas aulas do MOBREAL, já que as duras condições socioeconômicas faziam que priorizassem a sobrevivência. As salas se multiplicavam com bastante diversidade, espaços cedidos por empresários, pelas capelas e, pelas escolas, quando estas possuíam espaços desocupados.

Dessa forma, o MOBREAL foi tentativa de dar resposta rápida a sociedade e ao empresariado ávido por mão de obra minimamente qualificada, o programa recebia não apenas jovens e adultos, mas também crianças já que o sistema educacional regular não conseguia atender a demanda. Assim, tinha meta ambiciosa no sentido de se eliminar ou reduzir drasticamente, em prazo de dez anos, o grande número de analfabetos presentes na sociedade brasileira, no entanto, implicitamente, o intuito maior era o da formação da mão de obra através dos seus subprogramas, com ênfase nos rudimentos básicos da leitura e da escrita. Por fim, pode-se afirmar que o MOBREAL também em Ituiutaba-MG, foi mais um veículo utilizado pela Ditadura Civil-Militar para tentar legitimar sua manutenção no poder, mesmo em cidades do interior distante dos grandes centros.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BRASIL. Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL; Assessoria de Organização e Métodos. **Mobral: sua origem e evolução**. Rio de Janeiro, 1973.
- CÂNDIDO, A. Entrevista cedida a Rose Silva e Sauloéber Souza. Ituiutaba, MG, 04 dez. 2013.
- CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto-EDUSP, 1988.
- CUNHA, A. L.; GÓES, M. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- FÁVERO, O. (org.). **Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- FERREIRA, M. Entrevista cedida a Rose Silva e Sauloéber Souza. Ituiutaba, MG, 14 nov. 2013.
- FICO, C. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FINOL, M. Entrevista cedida a Rose Silva e Sauloéber Souza. Ituiutaba, MG, 06 nov. 2013.
- FREITAG, B. **Escola, Estado e sociedade**. 7. ed. São Paulo: Centauro, 2005.
- FREITAS, M. C. de; BICCAS, M. de S. **História social da educação no Brasil (1926 – 1996)**. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca básica da história da educação brasileira, v. 3).
- GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 014, p. 108-130, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2020.
- JORNAL *CIDADE DE ITUIUTABA*. Coleção da Fundação Cultural, 25 fev. 1971a.
- JORNAL *CIDADE DE ITUIUTABA*. Coleção da Fundação Cultural, 28 mar. 1971b.
- LEITE, S. C. **Urbanização do processo escolar rural**. 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 1996.
- MARTINS, P. Entrevista cedida a Rose Silva e Sauloéber Souza. Ituiutaba, MG, 16 nov. 2013.

OLIVEIRA, L.; SOUZA, S. A alfabetização no Mobral, métodos e materiais didáticos (Uberlândia/MG, 1970-1985). **Acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa**, v. 7, n. 13, p. 12-37, 2013.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**. 5. ed. São Paulo: Loyola: Ibrades, 1987.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. Centenário de Ituiutaba, 2001.

RIBEIRO, R. Entrevista cedida a Rose Silva e Sauloéber Souza. Ituiutaba, MG, 18 nov. 2013.

RIBEIRO, V. M. Alfabetismo funcional: referências conceituais e metodológicas para a pesquisa. **Educação & Sociedade**, ano XVIII, n. 60, p. 144-158, dez. 1997.

SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SILVA, P. Entrevista cedida a Rose Silva e Sauloéber Souza. em Ituiutaba, MG, 25 nov. 2013.

SOARES, L.; GALVÃO, A. M. Uma história de alfabetização de adultos no Brasil. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil: V. III – Século XX**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, G. Entrevista cedida a Rose Silva e Sauloéber Souza. Ituiutaba, MG, 21 nov. 2013.

SOUZA, S. T. de. O ideal de educação escolar e a *praga* do analfabetismo: ideologia e poder nas falas dos docentes deputados (5^a e 6^a legislaturas-1963/1967). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 20, p. 52-67, dez. 2005. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4838/art06_20.pdf. Acesso em: 07 jul. 2020.

SOUZA, S. T. de. O universo escolar nas páginas da imprensa Tijucana (Ituiutaba-MG - Anos de 1950 e 1960). **Cadernos de História da Educação**, v. 9, n. 2, 2010.

TANUS, R. Entrevista cedida a Rose Silva e Sauloéber Souza. Ituiutaba, MG, 25 nov. 2013.

AUTORIA:

* Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Associado IV do Instituto de História - Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Contato: sauloeber@ufu.br

COMO CITAR ABNT:

SOUZA, S. T. de. O MOBREAL no Pontal de Minas Gerais: entre o voluntariado e a fé (1970-1985). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 21, p. 1-28, 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8659665. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8659665>. Acesso em: 1 jun. 2021.

Notas

- ¹ A coleta de dados contou com a aluna Rose Aparecida Silva, graduada em Pedagogia (UFU-Pontal). Em relação a metodologia de pesquisa optou-se por inserir apenas o sobrenome dos entrevistados, buscando preservar a identidade dos mesmos.
- ² De acordo com Paiva (1987), Paulo Freire ao assumir o cargo de Diretor do Setor de Educação do Serviço Social da Indústria (SESI), em Pernambuco, no ano de 1947, passou a conhecer a grande carência em relação à educação dos trabalhadores, buscando alternativas para a sua alfabetização. Assim, passou a estudar por mais de uma década a “Educação de Jovens e Adultos”, propondo uma metodologia diferente de alfabetização, juntamente com um grupo de estudantes universitários, artistas e outros pensadores da época, de maneira que gradativamente seu pensamento tornou-se uma referência para a EJA. No Seminário Regional de Pernambuco, preparatório ao II Congresso Nacional de Educação de Adultos, acontecido em 1958, defendeu a educação com o homem, e o uso das metodologias baseadas no diálogo, considerado a principal fonte para a aprendizagem, apoiada em conceitos da época vivida, o que poderia conduzir o país a um modelo de sociedade aberta, a partir de uma formação consciente transitiva e crítica. Assim, a população deixaria de ser objeto para ser sujeito de sua própria história.
- ³ Ao assumir o cargo de coordenador do Programa Nacional de Alfabetização, o educador Freire tinha pretensão de alfabetizar cerca de cinco milhões de adultos em mais de 20 mil círculos de Cultura, o qual havia sido criado em janeiro de 1964, logo o programa foi suprimido pela ditadura militar. Até setembro de 1962, o movimento havia organizado 201 escolas, com 626 turmas, 19.646 alunos, também contava com rede de escolas radiofônicas, um centro de artes plásticas e artesanato, 452 professores e 174 monitores, ministrando o ensino correspondente ao 1º grau supletivo, a educação de base e a educação artística no Centro de Cultura Dona Olegarinha, nos Círculos de Cultura, Galeria de Artes etc.
- ⁴ No dizer de Leite (1996, p. 93): “Na trilha da modernização dos anos 70, da ideologia do famoso slogan ‘ninguém segura este País’ e do ‘Milagre Brasileiro’, o analfabetismo manifestou-se como uma dolorosa e incurável chaga dentro do processo escolar do País, e por isso necessitava de tratamento intensivo e incisivo. Daí o porquê das proposições do I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) para a educação. Posteriormente a ele, criou-se o PSECD (Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos) para 75/79 e 80/85, que possibilitou suporte filosófico-ideológico para projetos especiais do MEC como Pronasec, o Edurural e o Mobral, este último sob o ministério de Jarbas Passarinho.”
- ⁵ Segundo Freitas e Biccias (2009, p. 253-254), em relação ao financiamento das atividades do MOBREAL: “Era realizada pela loteria esportiva (cerca de 30% da renda líquida era destinada ao programa pela Lei n. 594 de 1970), pelo Imposto de Renda e, também, por doações realizadas pelos empresários. No ano de 1972, foi repassado o valor de US\$ 14.191.420,00, o que equivale a cerca de 86.000.000 milhões de cruzeiros, um valor bastante considerável para o contexto. Em 1973, uma pesquisa realizada pela Unesco aponta um orçamento de CR\$ 202 milhões ou US\$ 34 milhões de dólares destinados ao MOBREAL.” A Loteria Esportiva também contribuía com a divulgação do programa de alfabetização para todo o país, pois em seus bilhetes de apostas, as frases escritas estimulavam as pessoas a buscarem o MOBREAL para se alfabetizar.
- ⁶ A controvérsia entre o número de alfabetizados pelo MOBREAL: o governo diz que entre 1970 a 1980 em um total de conveniados de 2,5 milhões teriam sido alfabetizados 810 mil e em 1980

chegando a um total de mais 38 milhões conveniados mais de 14 milhões alfabetizados entre 1970 a 1980. Os pesquisadores dizem que a “Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD-76) pelo IBGE apresenta que até 1976 havia no MOBREAL ‘conveniado’ cerca de 25 milhões de alunos e alfabetizado mais de 10 milhões de pessoas.” (PAIVA, 1987 p. 360).

⁷ Segundo Paiva (1987), esse número de recrutamento de crianças menores de 15 anos já era considera bastante elevado, não se tratava apenas de uma ou outra criança, mas de um percentual equivalente a 26% do alunado em 1971, 20% em 1972, 19% em 1973 e 27% em 1974 o que não daria para negar a existência de uma política que compreenderia esse recrutamento, assim, tal subprograma contou com o apoio do então ministro da educação Jarbas Passarinho.

⁸ O Município de Ituiutaba localiza-se no Pontal de Minas Gerais. No início da década de 1970, sua população era de aproximadamente 65 mil habitantes, com 75% deles vivendo na zona urbana. Em 1991, a população somava 85 mil pessoas sendo que 92% estavam na cidade. Nesse momento, já existia um comércio local consolidado em decorrência da euforia da produção de grãos nas décadas anteriores que desencadeou certo processo de modernização urbana calcado na implantação de indústria ligada ao agronegócio, com asfaltamento de ruas, criação do distrito industrial e da primeira instituição de ensino superior. (SOUZA, 2010).

⁹ Álvaro Otávio Macedo de Andrade nasceu aos 18 de abril de 1934, na cidade de Ituiutaba, era filho de Álvaro Brandão de Andrade e Alaíde Macedo de Andrade. Coursou o Ensino Fundamental no Instituto “Marden”, o 2º Grau no Colégio Batista Mineiro, em Belo Horizonte e o Curso Superior na Escola de Minas de Ouro Preto, onde se formou em Engenharia de Minas, Metalúrgica e Civil. Exerceu as atividades de Engenheiro, Industrial, Comerciante, Professor e Político. Foi eleito Prefeito de Ituiutaba pelo ARENA, no período de 01-02-1971 a 31-01-1973. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA, 2001, p. 145).